

**GRACIANO: UM IMPERADOR EM LUTA CONTRA ALAMANOS E
GODOS (SÉC. IV D.C.)****Gratian: an empor in combat against Alemanni and Goths (4th Century)**

(Artículo recepcionado el 08/08, aceptado el 11/10)

JANIRA FELICIANO POHLMANN*
UNESP- Franca (Bolsista FAPESP)
janirapo@yahoo.com.br

Abstract: In a fourth century marked by constant threats to the power of empire, authors such as the senator Quintus Aurelius Symmachus, the historian Ammianus Marcellinus and the bishop Ambrose, put their feathers at the service of identifying the barbarian enemies that plagued the empire of Gratian. According to these discourses, perfidy and falsehood dominated the Goths; the ferocity, the Alamanos. In Gratian were the virtues necessary to overcome these enemies. A coin coined under Gratian also carried this elaboration. In this article, I investigate the contrasts generated between vices and virtues to propagate dichotomies rooted in that society: barbaric savagery against Roman civility. I suggest that such comparisons emphasized the perilousness of foreign peoples and, on the other hand, emphasized imperial public utility.

Keywords: Emperor Gratian, Alemanni, Goths, Written documents, Coins

Resumo: Em um século IV marcado por ameaças constantes ao poder de império, autores como o senador Quinto Aurélio Símaco, o historiador Amiano Marcelino e o bispo Ambrósio, colocaram suas penas a serviço da identificação dos inimigos bárbaros que assolavam o império de Graciano. Segundo estes discursos, perfídia e falsidade dominavam os godos; a ferocidade, os alamanos. Em Graciano estavam as virtudes necessárias para vencer estes inimigos. Uma moeda cunhada sob Graciano também carregava esta elaboração. Neste artigo, investigo os contrastes gerados entre vícios e virtudes para propagar dicotomias arraigadas àquela sociedade: a selvageria bárbara contra a civilidade romana. Sugiro que tais comparações destacavam a periculosidade dos povos estrangeiros e, em contrapartida, realçavam a utilidade pública imperial.

* Pós-doutoranda em História na Universidade Estadual Paulista, *campus* de Franca. Bolsista FAPESP no Brasil (processo 2016/20942-9) e no exterior (BEPE-Espanha processo 2017/26939-2 e BEPE-Itália processo 2018/03187-8).

Palavras-chave: Imperador Graciano, Alamanos, Godos, Documentos escritos, Moedas.

1. Introdução

Os romanos conviveram com momentos de guerras contra tribos estrangeiras e períodos de conflitos internos desde os tempos da Monarquia. Seus governantes eram constantemente desafiados a proteger seus poderes, as vidas de seus súditos e a organização sociopolítica daquela sociedade. O historiador Brent D. Shaw (1999: 130) afirma que a guerra sempre foi “o pior dos males” e que durante a Antiguidade Tardia, quer fosse no Mediterrâneo quer no Oriente Próximo, este mal foi imprescindível para criar e destruir mundos políticos e culturais. Comandantes eram escolhidos – e por vezes aclamados – para guerrear e, vitoriosos, colhiam os benefícios sociopolíticos e econômicos de seus feitos. Imperadores podiam ser legitimados ou terem seus poderes usurpados devidos às suas ações militares.

Certamente desejava-se que as batalhas fossem travadas para além das fronteiras romanas, com a intenção de conquistar novos espaços ou manter os inimigos longe de suas terras e de sua gente. Entretanto, durante o século IV d.C., a experiência da guerra foi intensificada dentro dos limites dos territórios romano-ocidentais, visto que este foi um período de evidente penetração dos chamados bárbaros nestas terras. Por um lado, conforme alega Wolfgang Liebeschuetz (2002: 266), naquela época, o exército romano era formado por um número considerável de homens de origem bárbara, estes eram os chamados federados. Observo que, ao lado dos romanos, estes federados participaram de diversas empresas militares, inclusive, foram poderosos combatentes nos exércitos de Graciano.

Por outro lado, os imperadores do século IV travaram batalhas contra grupos estrangeiros que buscavam expandir seus limites territoriais e sua atuação

sociopolítica e econômica sobre terras romanas. Contra estes grupos, Graciano se defendia para assegurar a prática de seu poder. Suas vitórias foram registradas em moedas que circulavam pela vastidão do Império e foram, também, exaltadas pela escrita de autores coetâneos aos fatos e proclamadas em audiências públicas. Nestes discursos favoráveis às empresas imperiais, os grupos estrangeiros recebiam atributos relacionados à falsidade, ao inimigo e à condição de perdedores.

Aqui, ressalto a afirmação de Peter Brown (1992: 3) de que a elaboração de uma linguagem de poder é um dos suportes do governante. Os discursos promovidos a partir do círculo de poder imperial ou dos numerários cunhados sob o aval de Graciano, portanto, deveriam legitimar a atuação do augusto e, neste processo, reforçavam o perigo externo. Um grande líder romano se fazia com vitórias, então, eram necessários inimigos para serem combatidos. É certo que os enfrentamentos com as tribos estrangeiras não eram criações literárias, mas as palavras elegidas e a retórica empregada para contrapor o poder do augusto e os aspectos negativos destes grupos estrangeiros fortaleciam a utilidade pública do imperador.

Neste artigo, analiso especialmente as elaborações sobre as tribos estrangeiras desenvolvidas por três autores vinculados ao poder imperial: o senador Quinto Aurélio Símaco Eusébio, o bispo Ambrósio de Milão e o historiador Amiano Marcelino. As obras escolhidas para este estudo foram: a *Primeira laudação ao augusto sênior Valentiniano (Laudatio in Valentinianum Seniore Augustum Prior)*, proclamada por Símaco em 369; o tratado *Sobre a fé (De fide)* de Ambrósio, escrito entre 378/380? e 383; e a *História (Res Gestae)*, de Amiano, redigida entre 382 e 397. São documentos que possuem diferentes naturezas: examino laudações, quando estudo Símaco, um tratado, no caso de Ambrósio, e uma história, no caso de Amiano. Além disso, esta documentação foi escrita em diferentes espaços do Império: Símaco residia em Roma e liderava o senado; Ambrósio era bispo de Milão, estava à frente de sua comunidade religiosa e fisicamente ao lado do Graciano – que fez desta cidade a sede de sua corte; e

Amiano redigiu parte de seus livros nos campos de batalhas, onde desempenhava funções militares.

Reconheço nestes três personagens intelectuais da Antiguidade que, nas palavras de Mario Mazza (1982: 94, 97), eram figuras organizadoras de consenso e tinham como função erigir elaborações ideológicas em favor do poder central. E aqui novamente chamo a atenção para o emprego da linguagem como um instrumento de poder. No rol destes intelectuais, estavam o filósofo, o homem divino, o historiador, o orador e outros homens públicos que se destacavam por seu carisma e/ou suas habilidades com as palavras.

Quando examino as obras de Símaco, Amiano Marcelino e de Ambrósio estudo escritos de homens públicos que tiveram ampla divulgação já em seu tempo. Analiso documentos redigidos por intelectuais que possuíam formação adequada àqueles que alcançavam as responsabilidades públicas; eram versados em gramática, retórica e dialética; e possuíam um espaço de fala concedido pelo poder imperial. Estes homens usavam suas aptidões com a linguagem para organizar consensos, fazendo das tribos estrangeiras os inimigos e do imperador um governante ideal para os romanos.

2. Construções literárias sobre a barbárie de alamanos e de godos

A *Laudatio in Valentinianum Seniore Augustum Prior* foi escrita e proclamada no ano de 369, diante de uma audiência formada por Valentiniano I, Graciano e outros líderes romanos. No ano seguinte, Símaco foi nomeado conde de terceira classe e passou a integrar as forças imperiais contra os alamanos na região do rio Reno. Palavras escritas e faladas contavam as empreitadas destes imperadores – pai e filho – responsáveis por manter os romanos a salvo do perigo da barbárie. Concomitantemente, ao colocar suas habilidades retóricas a serviço da legitimação da figura imperial, Símaco passava a ser parte essencial da manutenção do poder dos augustos e reforçava seus laços com este poder.

Conforme Símaco a ferocidade (*ferox*) e a hostilidade (*perduell*) caracterizavam os indivíduos da Alamania:

E como tu [Valentiniano I] certamente estava atento às operações bélicas, há tempo colocava em fuga a feroz (*ferocis*) Alamania. (SÍMACO, *Laudatio in Valentinianum Seniore Augustum Prior*, 17).

Nestes trechos, os adjetivos pejorativos “feroz” e “hostil” distinguem os alamanos, reforçando um discurso que fazia com que os medos romanos se voltassem contra estes estrangeiros que, quais cada vez mais, deixavam de ser vistos como povos vizinhos para serem vistos como inimigos. Simultaneamente, aqueles que os combatiam eram revestidos de valores positivos. Assim, Valentiniano I e Graciano, os detentores do poder de império e responsáveis pela guerra, tinham sua supremacia ressaltada perante os romanos através de argumentações que os qualificavam de vitoriosos, capazes de garantir a segurança de seu povo e a “civilidade” (*ciuilitas*) romana, baseada no sistema *pólis-ciuitas*.

De acordo com Manuel Rodríguez Gervás, “a radical oposição entre o mundo greco-romano e o bárbaro tem sua correlação terminológica na dicotomia *ferocitas/humanitas*” (1991: 53). Ou seja, no mundo romano da Antiguidade Tardia, todo o espaço que não estivesse sob o poder de império, estava desprovido de *humanitas* e destinado a ser *ferox*. Maria Helena da Rocha Pereira (2009: 415-421) afirma que da palavra latina *humanitas* deriva o termo *humanidade*. Todavia, para os antigos, a humanidade não designava o conjunto de seres humanos, como entendido em tempos contemporâneos, mas, sim a civilidade, no sentido da cultura romana e urbanidade. E Rodríguez Gervás (2008: 156) esclarece, ainda, que no contexto imperial, o termo *humanitas*, paulatinamente, passou a ser sinônimo de *ciuilitas* (civilidade) a fim de “estabelecer uma pronunciada e visível barreira entre uma aristocracia cidadina em evolução, oposta a *rusticitas* atribuída ao resto da população”.

Esta dicotomia civilidade/ferocidade foi retomada e reforçada na *Segunda laudação ao augusto sênior Valentiniano* (*Laudatio in Valentinianum seniore augustum altera*), proclamada por Símaco no ano de 370: “A cultura exclui os

indígenas”¹. Conforme as elaborações deste senador, aquele que não estivesse integrado às tradições greco-romanas não possuía cultura, portanto, não era civilizado. Desta forma, o autor advertia que havia uma significativa diferenciação entre os romanos, governados segundo os princípios do sistema *pólis-ciuitas*, e os bárbaros, submetidos à ferocidade e à hostilidade devido ao ambiente rústico no qual viviam.

Percebo que este senador promovia uma distinção entre romanos e bárbaros, sem salientar as diferenciações existentes dentro de cada uma destas sociedades. Ele relatava acontecimentos pontuais que tratavam os alamanos como inimigos a serem combatidos. Desta forma, elaborava consensos a respeito de uma “identidade romana”, baseada em valores voltados à civilização, em oposição à ferocidade do “outro”, excluído do ambiente da romanidade. Uma romanidade que notadamente era plural, mas que, nas elaborações de Símaco, ganhou ares de uniformidade para amparar uma ideologia promotora da crença da superioridade da civilização sobre a barbárie. Uma noção sustentada pela confrontação dos termos *humanitas* e *ferocitas* e do arcabouço ideológico que estes marcos carregavam consigo. É certo, um sistema de pensamento tendente a universalidade que, no processo da construção retórica, apagava as particularidades de variados grupos.

Símaco não foi inovador ao propor este modelo de edificação retórica que sustentava uma linguagem de poder em que a civilidade romana deveria ser protegida da ferocidade bárbara. Este pensamento dicotômico e universalizante sempre atraiu os escritores vinculados ao poder imperial. Sobre o governo de Valentiniano I e de Graciano, por exemplo, Amiano Marcelino afirmou:

Nesta época, como se por todo o mundo romano se estendessem cantos de guerra, gente muito selvagem se excitou e começou a invadir os territórios próximos. Os alamanos assolavam a Gália e a Récia; os sármatos e os quados, a Panônia [...] E a Trácia e a Panônia eram espoliadas (*diripiebant*) pela predação (*praedatorii*) dos bandos de godos. (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXVI, 4, 5)

¹ SÍMACO, *Laudatio in Valentinianum senioreem augustum altera*, 13: “*Exclusit cultus indígenas.*”

Neste trecho, todos os povos estrangeiros citados carregavam a vontade de fazer guerra contra os romanos e, por isso, a eles foi legada a alcunha de “muito selvagem”: “*gentes saevissimae*”, evidenciou Amiano Marcelino com o uso do superlativo latino. Os alamanos, “ferozes” e “hostis” nas palavras de Símaco, foram lembrados por Amiano e registrados como um perigo para a Gália e a Récia, regiões limítrofes da Península Itálica.

Sob a liderança de Júlio César, a Gália havia sido anexada ao rol das províncias romanas no século I a.C., já a Récia tinha sido uma das primeiras conquistas territoriais do recém-augusto Tibério, em 15 d.C. Na IV centúria, estas eram terras imperiais mantidas ao longo de mais de três séculos, à custa de muitas vidas, e representavam importantes vitórias romanas. Espaços de fronteiras que, na prática, congregavam costumes romanos e não-romanos – fato apagado de elaborações discursivas homogêneas e universalizantes. Espaços que, nas redações de Amiano Marcelino, foram descritos como regiões ameaçadas pela selvageria dos alamanos, mas que, sob o poder de império de Valentiniano e de Graciano, permaneciam como territórios romanos e angariavam riquezas para o mundo imperial – especialmente a própria terra, a riqueza mais estimada da época.

Por sua vez os godos, que já tinham sido descritos por Amiano como “falsos” (*fallaces*) e “pérfidos” (*perfidus*) em outra passagem (*Res Gestae*, XXII, 7, 8), na elaboração destacada neste artigo, mostravam sua selvageria ao espoliar a Trácia e a Panônia – províncias romanas desde o século I d.C.

Renan Frighetto (2012: 124) salienta que no século IV os problemas com os godos se intensificaram. Embora pequenas tribos godas já estivessem estabelecidas dentro dos limites romanos desde a segunda metade do século III, a partir de 375 grupos maiores quiseram se fixar dentro das fronteiras imperiais. Foram feitos acordos de reciprocidade que permitiram a entrada de godos, alanos e sármatas nos territórios romanos. Entretanto, em 378, estes godos novamente representavam ameaças para os romanos. Uma ameaça concreta que fez Graciano organizar seu exército para ajudar o imperador da parte oriental do Império, seu

tio Valente, a enfrentá-la. Uma confrontação que culminou com a morte do augusto Valente em uma batalha na cidade de Adrianópolis.

Em sua obra, Amiano Marcelino desenhou um quadro de sangue, incêndios e medos provocados por este contexto de embates entre romanos e godos. O autor informou que, sob a liderança Fritigerno, os godos impuseram grandes males aos romanos ao matar os habitantes de Adrianópolis e saquear a Trácia:

Sem distinguir sexo ou idade, toda aquela zona ficou devastada e foi assolada por terríveis incêndios. Os filhos eram raptados do colo de suas mães e assassinados. As mães foram levadas, inclusive após terem visto com seus próprios olhos seus maridos morrerem e terem se tornado viúvas. Meninos pequenos e jovens foram arrastados entre os cadáveres de seus pais (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXXI, 6, 7).

Estes godos, que segundo Amiano eram falsos, pérfidos e que espoliavam selvagememente províncias romanas, no trecho destacado, torturavam e matavam civis e incendiavam cidades. Destruíam símbolos da civilidade romana (a própria cidade e sua gente); espalhavam o medo pelas terras romanas e desrespeitavam os acordos de reciprocidade.

Segundo Shaw, as descrições de guerras contra as tribos estrangeiras de Amiano são carregadas de cenas estereotipadas e de retórica que evidenciavam a violência imposta pelas tribos estrangeiras e a necessidade de represálias romanas para proteger as populações atacadas (1999: 133). Não por acaso, nas palavras do historiador antigo, os godos encarnavam a selvageria e moveram os imperadores Valente e Graciano e seus exércitos na defesa dos romanos. No caminho das batalhas contra os godos, Graciano precisou continuar seu enfrentamento contra os alamanos antes de ajudar seu tio. Valente decidiu lutar sozinho e morreu em Adrianópolis.

Entre 378/380? e 383, ainda no contexto de batalhas travadas entre os godos e o augusto Graciano, Ambrósio escreveu seu tratado *De fide* a pedido deste governante. Nesta obra, o bispo mencionou que uma profecia garantia a vitória de Graciano sobre os godos:

(136) Mas não devo, imperador [Graciano], me entreter com mais considerações atento a guerra e pensando nos troféus vitoriosos sobre os bárbaros (*barbaris*). Progride plenamente protegido pelo escudo da fé e empunhando um gládio do espírito; progride até uma vitória prometida em ocasiões anteriores e profetizada nos oráculos divinos. (137) De fato, naquele tempo, Ezequiel já profetizou as guerras contra os godos e nossa futura devastação (AMBRÓSIO, *De fide*, II, 16,136-137).

Noto que Ambrósio se amparou nas Escritura para dar autoridade às suas palavras e percebeu a concretização da ameaça *gog*, profetizada por Ezequiel (38, 14-16; 39, 10-12.), nos godos enfrentados por Graciano. Ao imperador, caberiam “troféus vitoriosos sobre os bárbaros”, conquistados porque ele estava “protegido pelo escudo da fé e empunhando um gládio do espírito”. Um imperador cristão deveria ser cantado como vencedor, sob o ponto de vista ambrosiano. Afinal, Deus estaria a seu lado para resguardar os romanos. Aos godos, restavam o adjetivo “bárbaros” e a ação de devastar as terras romanas. Estas elaborações corroboravam a antítese civilidade/barbárie constantemente reconstruída pela literatura romana e fixada na memória coletiva daquela sociedade. Em um cenário de enfrentamentos frequentes, a vitória sobre os bárbaros e o estabelecimento da paz nas terras imperais eram desejos de Ambrósio – e também elemento literário. Um discurso ideal, de fato, mas condizente com os temores daquela comunidade que via a tortura e a morte infligidas pelos godos se aproximarem.

Observo que importantes diferenças existentes entre os grupos estrangeiros foram apagadas dos escritos de Símaco, Amiano Marcelino e Ambrósio. Tanto alamanos como godos foram caracterizados como inimigos dos romanos, tribos marcadas pela hostilidade, ferocidade, falsidade e destinadas a serem submetidas pelo poder de império dos romanos. No momento analisado neste trabalho, nas terras romano-ocidentais, este poder era de responsabilidade de Graciano, até 375, em parceria com seu pai, Valentiniano I, e depois, com seu irmão, Valentiniano II.

3. A vitória de Graciano sobre a barbárie: construções literárias e numismáticas

No excerto do tratado *De fide* destacado anteriormente, o interlocutor direto de Ambrósio era o próprio imperador. A Graciano era prometida a vitória sobre os godos. Segundo a elaboração do bispo, os godos seriam responsáveis por guerras e pela devastação dos romanos; já Graciano receberia “troféus vitoriosos sobre os bárbaros”. Aos godos, a barbárie, a Graciano, a virtude da vitória.

Símaco, por sua vez, além de citar a parceria entre pai e filho nas duas laudações a Valentiniano, em 369 e 370, ainda em 369 redigiu a *Laudação ao augusto Graciano (Laudatio in Gratianum Augustum)*. Graciano tinha apenas oito anos e recentemente havia recebido o título de augusto por escolha de seu pai e por aclamação militar. Neste momento, o senador já descrevia Graciano como uma promessa de tempos gloriosos:

E certamente, se é lícito conhecer o futuro como um presságio, já faz tempo que se espalham em um século de ouro os fios das Parcas. Não me servirei de indícios poéticos: eis que já o Reno não desdenha do império, mas divide as fortalezas romanas. (SÍMACO, *Laudatio in Gratianum Augustum*, 9).

Servindo-se das *Bucólicas* de Virgílio, assim como o antigo poeta havia feito com Augusto, Símaco associou a ascensão de Graciano a uma idade de ouro. O senador tardo-antigo afirmou que o domínio do rio Reno pelo poder dos romanos evidenciava a chegada desta época dourada, que traria “frutos fecundos” (Idem). A conquista das terras ao redor do Reno impulsionou a edificação de fortificações e de pontes que protegiam estas fronteiras dos ataques de grupos estrangeiros. Construções em pedra e madeira que, perante os olhos destas tribos e dos próprios romanos demonstravam a submissão deste lendário rio à dinastia valentiniana. Neste caso, o aparato retórico de Símaco evidenciava a prática da edificação de fortalezas para a defesa dos territórios romano-ocidentais.

Noto que, tanto no documento ambrosiano como nesta laudação de Símaco, a virtude da vitória era um sinal distintivo de Graciano. Uma qualificação que o ascendia a categoria de protetor dos romanos e, por isso, merecedor do

poder de império. Esta valoração era alcançada quando um líder militar derrotava o inimigo enfrentado, trata, portanto, de uma virtude ligada às habilidades de guerra. Habilidades, estas, exaltadas em passagens do livro XXXI de Amiano Marcelino. O autor revelou a mobilização de Graciano para enfrentar os alamanos que ameaçavam a Gália e a Récia e sua posterior partida aos territórios romano-orientais para auxiliar nas batalhas de Valente contra os godos:

[Com a chegada de Graciano] os inimigos deram a volta e, ainda que resistissem por algum tempo para não perderem tudo, foram abatidos de tal forma que, como se estimou, o número antes citado [quarenta ou setenta mil], não escaparam mais de cinco mil homens, graças a espessura dos bosques [...] Graciano, pleno de confiança devido a este sucesso, se dirigiu às terras orientais (AMIANO MARCELINO, *Res Gestae*, XXXI, 10,10-11).

Neste trecho, Amiano ressaltou, com dados numéricos, a expressiva morte de inimigos estrangeiros causada pelo exército liderado por Graciano e a confiança (*fiducia*) que esta empreitada ofereceu ao imperador para prosseguir sua luta contra aqueles que ameaçavam os territórios romanos. A ação militar do Augusto, sua vitória e a morte do inimigo foram os destaques neste excerto. Elementos que se relacionavam para elaborar a imagem de imperador virtuoso e protetor dos seus súditos.

Ao longo do século III d.C., a exaltação da vitória imperial tornou-se um *topos* literário, especialmente nos discursos laudatórios. Ao lado de *virtus* (valor), a vitória foi a virtude mais repetida nos panegíricos a Constantino (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991: 89, 106.). Observo, portanto, que Símaco, Amiano e Ambrósio seguiam um modelo de escrita. Independentemente de suas opções religiosas, a formação destes homens públicos era baseada em uma paideia comum e posta a serviço do poder imperial. Seus discursos geravam consensos que mantinham o *status quo* daquela sociedade e os lugares de ação daqueles que sustentavam a utilidade da figura imperial.

Escrita e prática se relacionavam constantemente. As ações de Graciano alimentavam as obras que louvavam as vitórias romanas sobre os bárbaros e supremacia do poder de império. As palavras escritas e, por vezes proclamadas

publicamente, nutriam a teoria política que angariava apoios, amparava as atitudes imperiais, garantia a utilidade pública do augusto e cada vez mais, tornava o estrangeiro um inimigo selvagem a ser combatido.

Contra esta ferocidade dos estrangeiros, as obras examinadas neste trabalho, exaltaram Graciano como um augusto vitorioso, capaz de proteger seus súditos. Representação, esta, também sustentada pelas moedas cunhadas na época de Graciano que mostravam um comandante vitorioso, por isso, coroado com pérolas.



Foto: acervo pessoal

Moeda 163987 – Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro

Material: bronze

Tamanho: 18mm

Anverso: busto com diadema de pérolas, drapeado e encouraçado de Graciano.

Legenda anverso: D N GRATIA_NVS P F AVG

Legenda reverso: GLORIA RO_MANORVM

Descrição do reverso: com vestimentas militares, o imperador avança para a direita e olhando para a esquerda arrasta um cativo pelos cabelos com sua mão direita, em sua mão esquerda, o imperador carrega o *labarum* (estandarte militar romano).

No anverso, a coroa de pérolas e o busto encouraçado de Graciano já distinguíam visualmente a posição de supremacia do augusto naquela sociedade. E a legenda D N GRATIA_NVS P F AVG ajudava a destacá-lo como o senhor dos romanos (D N – *Dominus Noster*), título característico do período imperial

chamado Dominato, utilizado pela primeira vez pelo imperador Aureliano (270-275 d.C.)².

Ainda no anverso da Moeda 163987, a titulação *dominus noster* estava associada ao nome de Graciano (GRATIA_NVS), ao título de augusto (AVG) e à virtude da felicidade (P F, ou seja, *pius felix*). Conforme Rodríguez Gervás (1991: 79), a felicidade (*felicitas*) era o símbolo máximo do apoio dos deuses ao imperador. Esta assistência divina deveria se reverter em ações imperiais favoráveis aos romanos: a proteção de seus territórios, de sua gente e de seus costumes. Portanto, o anverso deste numerário marcava e proclamava a aliança divindades-imperador-povo romano. Uma mensagem que ajudava a legitimar o papel de Graciano como um líder necessário para os romanos, pois era o responsável por estabelecer as relações com os deuses e o Império.

Além desta aliança apontada no anverso, o reverso desta moeda também difundia a liderança de Graciano, seu poder militar e a condição de cativo daqueles que ameaçavam os romanos. O imperador vestia os trajes militares e portava o *labarum*. Estes elementos vinculavam diretamente o augusto às batalhas. E lembro que o anverso divulgava a assistência divina ao imperador. Em conjunto, estas elaborações anunciavam que Graciano estava pronto para defender seu povo e seria apresentado com vitórias e com a glória, como impresso também no reverso do numerário.

A vitória sobre o cativo e submissão deste ao imperador foram registradas em imagens no centro do reverso desta moeda. A cena era clara: Graciano arrastava um indivíduo pelos cabelos. Neste caso, o tipo da moeda foi complementado com a legenda: GLORIA RO_MANORVM, ou seja, glória dos romanos. Novamente, observo contraposições: pela ação do imperador, a glória caberia aos romanos; já o inimigo seria vencido e, então, se tornaria cativo.

² Após suas vitórias sobre os bárbaros, Aureliano declarou-se “senhor e deus” (*dominus et deus*), por isso, parte da historiografia moderna considera que, com este governante, o *Dominato* substituiu o *Principado*. Para mais informações, verificar: FRIGHETTO (2012: 89). Existem também historiadores modernos que consideram o governo de Diocleciano como o início do *Dominato*. Para mais informações, verificar: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (2006: 201).

Em suas *Filipicas*, Cícero havia esclarecido: “É a glória o louvor dos bons atos e dos grandes serviços feitos em nome da república, comprovados quer pelo testemunho dos homens notáveis quer pelo da multidão” (I,29). Assim sendo, a virtude da glória estava relacionada aos favores que um líder concedia à *res publica*. Por seus feitos em benefício dos romanos, o comandante seria reconhecido publicamente. Ressalto, então, que a mensagem gravada no numerário aqui estudado era mais uma das maneiras encontradas por Graciano de ampliar o reconhecimento público de suas obras e sua função de protetor dos romanos. Nesta moeda, a imagem visual e as legendas agiam como um linguagem de poder que realçava a figura de Graciano e denegria os inimigos. A mensagem ali gravada instituía aos inimigos a imagem de perdedores e de cativos. Vitória *versus* Derrota; Romanos *versus* Inimigos dos assuntos públicos romanos. Através das imagens e das legendas que corriam de mão-em-mão nesta moeda, tais mensagens eram reproduzidas e integradas à memória coletiva das comunidades que lidavam com este instrumento financeiro e propagandístico.

Noto, ainda, que esta era uma moeda de bronze, um *asse*, identificado na numismática com a sigla AE. Uma peça de baixo valor monetário, por isso, eram muitas as pessoas que podiam fazer negócios com ela, diferente do que acontecia com as moedas de ouro ou de prata. A circulação da Moeda 163987 ampliava a propagação da mensagem ali impressa e, conseqüentemente, o poder de Graciano e sua capacidade de liderar.

Assim como ocorria nas elaborações provenientes das palavras escritas por Símaco, Amiano e Ambrósio, o discurso proclamado neste numerário amparava o poder de Graciano e gerava consensos entre os súditos, que buscavam um líder que os defendessem das ameaças de tribos estrangeiras. Em conjunto, estas elaborações amparavam a legitimidade de Graciano e faziam dos inimigos seres ferozes e hostis que precisavam ser combatidos.

4. Considerações finais

As vitórias nas batalhas comprovavam, na prática, as habilidades militares de Graciano. Já a formatação da imagem de um governante vitorioso enaltecido nos discursos escritos (e proclamados publicamente) e nos discursos imagéticos alimentava a teoria política da supremacia do poder de Graciano perante os inimigos estrangeiros. Em contraposição ao comando de Graciano, as elaborações discursivas faziam dos estrangeiros símbolos da falsidade, da perfídia e da ferocidade, por isso, estes povos deveriam ser contidos pelo poderio romano.

Homens públicos como o senador Quinto Aurélio Símaco, o bispo Ambrósio e o historiador Amiano Marcelino disponibilizaram suas habilidades com as letras para redigir discursos que reelaboravam e reforçavam as diferenças entre bárbaros e romanos. Simultaneamente, estes textos elogiavam os esforços de Graciano para defender sua gente, suas terras e manter a salvo da barbárie o poder de império. Se, por um lado, o poder de Graciano era legitimado, por outro lado, os lugares de atuação daqueles escritores eram conservados e, cada vez mais, expandidos. Afinal, ao se apresentarem como protetores da política imperial, angariavam a confiança do augusto e colhiam os frutos de estarem vinculados a este círculo sociopolítico.

Cada um em seu espaço territorial e de atuação, Símaco, Ambrósio e Amiano ajudaram a perpetuar a noção de que a barbárie das tribos estrangeiras deveria ser submetida à civilidade (*ciuilitas*) – entendida como um valor próprio dos romanos. E o responsável por comandar esta empreitada era o imperador, neste caso, Graciano. Recordo que estas ideias foram registradas em palavras escritas e frequentemente resgatadas em proclamações públicas que amparavam a supremacia romana sobre os estrangeiros e a legitimidade do poder de Graciano.

Noto, ainda, que esta liderança imperial e as elaborações que contrapunham romanos e bárbaros também tomaram forma de discurso visual através da moeda apresentada neste artigo. Um imperador responsável por trazer a

felicidade e glória aos romanos e fazer dos inimigos seu cativo era o governante ideal para um povo que edificava para si a imagem de guardiões da civilidade.

Percebo que tanto os discursos escritos pelos intelectuais, Símaco, Amiano e Ambrósio, quanto os apresentados neste numerário respondiam a medos concretos. A retórica destes autores e a mensagem da Moeda 163987 destacavam medos e práticas reais daquele contexto.

Em um momento em que tribos estrangeiras expandiam seus domínios sobre as terras romano-ocidentais, estas construções discursivas ressaltavam as vitórias imperiais e as instituíaam como virtuosas, ao passo que impunham os vícios àqueles que não viviam sob os princípios da cultura greco-romana. Ao promover as ações de Graciano, estes discursos legitimavam sua atuação, seu papel como líder e alimentavam sua base de apoiadores, por isso, passavam a integrar sua teoria política. A prática nutria a teoria; a teoria propagava a proteção imperial, atraía apoiadores e promovia outras práticas benéficas à conservação do império de Graciano. De um lado, o imperador mantinha sua utilidade perante àquela sociedade, “protegido pelo escudo da fé e empunhando um gládio do espírito”, como escreveu Ambrósio; de outro, inimigos bárbaros deveriam ser derrotados para evitar que “terríveis incêndios” devastassem os territórios romanos, como alegou Amiano Marcelino.

Agradecimentos:

Minhas pesquisas ganharam novo fôlego a partir de meu estágio pós-doutoral realizado durante sete meses na Universidad de Zaragoza, sob a supervisão da Profa. Dra. María Victoria Escribano Paño, e na Università degli Studi di Perugia, sob a supervisão da Profa. Dra. Rita Lizzi. Agradeço a estas profissionais pela excelente acolhida. Agradecimentos também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento de minhas pesquisas realizadas no Brasil (processo 2016/20942-9), na Espanha

(proceso 2017/26939-2) e na Itália (proceso 2018/03187-8). Este apoio é essencial para o trabalho que realizo hoje.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

DOCUMENTOS:

AMBRÓSIO. *Sobre la fe.*(2009). Introducción, traducción y notas de Secundino García. Madrid: Editorial Ciudad Nueva.

_____. *De fide:* Texto latino disponível em: <http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0339-0397,_Ambrosius,_De_Fide_Ad_Gratianum_Augustum_Libri_Quinque,_MLT.pdf> Acesso em: 12/01/2014.

CÍCERO. *Filípicas.* (1994). Edición, introducción y notas de Pere J. Quetglas. Traducción de Juan Bautista de Calva. Barcelona, Editorial Planeta.(Latín-Español)

GORGULHO, Gilberto da Silva; STORNILO, Ivo; ANDERSON, Ana Flora (coords.). (1986). *Bíblia de Jerusalém.* Edição em língua portuguesa. São Paulo: Edições Paulinas.

SÍMACO EUSÉBIO, Quinto Aurélio. (2003). *Informes - Discursos.* Introducciones, traducción y notas: Jose Antonio Valdés Gallego. Madrid: Editorial Gredos S.A.

_____. *Relationes:* Q. Aurelli Symmachi V.C. praefecti urbis relationes. In: SEECK, Otto. (1883).Q. Aurelii Symmachi quae supersunt. Berolini: APVP Weidmannos.

AMIANO MARCELINO. (2002). *Historia.* Edición de Maria Luisa Harto Trujillo. Madrid: Ediciones Akal.

_____. *Res gestae* (in three books). (1935). With an english translation by John C. Rolfe. London: William Heinemann; Cambridge, Massacusetts: Harvard University. (Latin and English texts).

BIBLIOGRAFIA:

BROWN, Peter. (1992). *Power and Persuasion in Late Antiquity: towards a Christian Empire.* Madison: The University of Wisconsin.

FRIGHETTO, Renan. (2012). *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II - VIII).* Curitiba: Juruá.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. (2002). The end of the Roman army in the western empire. Em: RICH, John; SHIPLEY, Graham (Eds.). *War and society in the Roman world.* New York, Routledge: 265-276.

MAZZA, Mario. L'intellettuale come ideologo: Flavio Filostrato ed uno "speculum principis" del III secolo d.C. Em: *Governanti e Intellettuali Popolo di Roma e Popolo di Dio (I – VI secolo).* (1982). Torino, Giappichelli Editore: 93-121.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (s/d) (2009). II Parte: Ideias Morais e Políticas dos Romanos. Em: *Estudos de História da Cultura Clássica.* vol. II. Cultura Romana. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 319 – 421.

RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J. (1991). *Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del bajo Imperio.* Salamanca-Espanha: Ediciones Universidad de Salamanca.

RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J. (2008). La retórica del siglo IV: espacios de integración y exclusión del bárbaro. *Studia Historica*. Historia Antigua. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, n. 26: 149-165.

SHAW, Brent D. (1999). War and Violence. Em: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, Peter; GRABAR, Oleg (eds.). *Late Antiquity: a guide to the postclassical world*. Cambridge, Massachusetts, and London, England, The Belknap Press of Harvard University Press.

SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (2006). Diocleciano e Constantino: a construção do *Dominato*. Em: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. (orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva sócioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro, Mauad; Vitória, ES, EDUFES, 193-221.